

O suplício dos corpos

3.1

***Cela-forte*, um conto descortinando o horror da prisão**

A escrita do presídio é a escrita também dos corpos dos presídios, isso porque na cadeia o poder se exerce principalmente sobre os corpos dos prisioneiros. Os textos que surgem da prisão são impregnados de dor, narrativas que expõe corpos em sofrimento, definhados pela dor física e moral, massacrados pelo poder do sistema prisional. O corpo perpassa o tempo inteiro o eixo narrativo dos autores do cárcere. E as narrativas trazem à tona como a cadeia age sobre os corpos dos prisioneiros.

Eneida Cunha, em seu ensaio *Narrar ou morrer*, dedicado ao mesmo tema deste trabalho, resume esse corpo que se apresenta nas linhas e entrelinhas da literatura produzida em prisões:

Entre a palavra da instituição penitenciária, que escreve a sua história enquanto delinqüente, e as palavras da literatura, que o escreveram enquanto herói, enquanto classe ou vítima de um sistema social, está o corpo silenciado do detento. Um corpo mudo, ferido, ameaçado de morte, seja pela ação policial externa e interna ao presídio, seja pelas tensões que explodem no interior das celas congestionadas. Os livros recentemente publicados nos exibem esses corpos despedaçados, seu crescimento, desejos, lesões, endurecimento e morte, ou sua sobrevivência, assegurada pela morte de outros. (CUNHA, Arquivo extraído do site da PUC-Rio)

Os discursos que retratam o real, como esses relatos aqui estudados, trabalham com uma matéria-prima muito delicada, que é a matéria vivida. A violência e o crime presentes nessas narrativas devem ser vistos de maneira complexa, porque não são apenas alegorias sem fundamento. O real vivido por estes homens está impregnado desses elementos. Eles não podem ser visto de forma separada.

É no capítulo que conta sua passagem pela “cela-forte”, uma cela de isolamento total, que Luiz Mendes, no seu *Memórias de um sobrevivente*, traz ao

leitor o suplício sofrido quando recebeu o castigo de ir para aquele tipo de cárcere diferenciado. Esta experiência inspirou-o a escrever o conto *Cela-forte*, que foi vencedor num concurso de literatura dentro do presídio:

Aquele lugar havia sido interditado por um juiz-corregedor por ser insalubre e permanecera anos fechado. (...)

Era uma celinha minúscula em que dava apenas para deitar, para andar não dava. Havia porta de aço e o guichê. Acima o respiradouro, mais nada. No canto, uma privada turca (...)” (MENDES, 2001, p.419-420)

“Já fazia três dias que não dormia. Deitava, enrolado no papel higiênico (santa invenção!), apagava de sono e cansaço. Dez minutos depois, acordava com o lado que encostava no chão todinho congelado, amortecido. No máximo conseguia dormir trinta minutos, acorçado no canto da cela, coberto com papel higiênico. (ibid., p. 433)

Neste capítulo, Mendes descreve como passou os sessenta dias de castigo enclausurado na cela-forte, e depois voltou, para passar mais seis meses lá, sendo que nos primeiros dez dias deveria estar totalmente nu, num ambiente gelado. Seu texto relata como foi submetido a esta punição, como o corpo sofreu os maus-tratos provocados pela vivência num lugar inimaginável para a sobrevivência humana e seu desespero e pânico diante da tortura. A escrita deste episódio registra as formas de poder do sistema penitenciário sobre os corpos dos detentos. Mendes demonstra, em seu texto, ter consciência desse poder sobre seu próprio corpo. Por ter sido um preso que leu muito, ele tem um discurso diferenciado da maioria dos detentos, que mal sabem ler ou escrever:

Considerava a estrutura da sociedade parecida com a da prisão. Uns poucos dominam, concentrando poderes e gozando dos privilégios. (ibid., p. 423)

A descrição feita por Mendes da cela-forte, um tipo de castigo diferenciado para infrações consideradas mais graves dentro da prisão, como a morte de um colega de cela, se assemelha a situações descritas no livro-reportagem *Cobras e lagartos*, do jornalista Josmar Jozino.

No capítulo intitulado *Uma freira na masmorra*, Jozino conta um pouco da peregrinação da freira Anna Orlandi, de 77 anos, na tentativa de ajudar os presos no Complexo do Carandiru. Conhecida como irmã Noemi, a freira auxilia os presos de São Paulo há muitos anos. Uma das principais formas de ajudar é na

tentativa de confortar os presos colocados na “masmorra”, uma espécie de cela-forte:

Um dos lugares mais sombrios da Detenção era a masmorra do Pavilhão 5. As celas ficavam no fundo de um corredor escuro, do lado direito da entrada do Pavilhão. Não tinham ‘boi’ – banheiro -, não possuíam ‘pedra’ – cama – e nem ventilação. Suas paredes eram úmidas (...)

Normalmente, o castigo durava trinta dias. Nas celas úmidas, escuras e sem banheiro da masmorra do Pavilhão 5, a maioria dos presos tinha anemia e pele amarela por causa da falta de banho de sol. O esgoto nos xadrezes por vezes alcançava os tornozelos dos detentos. As refeições não eram entregues todos os dias e muitas vezes chegavam azedas. O detento chorava, agonizava, chamava pela mãe. (JOZINO, 2005, p.108)

O livro de Mendes, um relato literário, estabelece, em muitos momentos, um diálogo com o livro de Jozino, esta uma grande reportagem sobre a gênese do PCC (Primeiro Comando da Capital), criado dentro das prisões paulistas. Apesar da diferença do lugar de fala dos autores, a narrativa do cárcere de Mendes se aproxima da do jornalista, no que diz respeito ao tom de denúncia do que é vivido dentro das celas, mas que dificilmente é exposto para a sociedade pela mídia.

O livro-reportagem tem sido a forma que muitos jornalistas encontram para driblar os impedimentos de fazer uma reportagem deste tipo nos jornais diários onde trabalham. Fugindo das amarras das engrenagens de lucro das empresas de comunicação, estes jornalistas têm conseguido trazer importantes questões, de maneira aprofundada, para a sociedade.

A narrativa sobre a cela-forte de Mendes também encontra correlato na descrição da cela de castigo, ou “surda”, feita por Julita Lemgruber no seu estudo Sobre o presídio feminino Talavera Bruce:

As condições sanitárias e de higiene são precárias. Não dispõe de janelas e a claridade provém do corredor existente entre os cubículos. É através da própria porta de ferro da “surda”, compacta no centro, mas com grades na extremidade, que a alimentação é entregue à presa (...) Em vez de privada, nos moldes normais, apenas um sanitário do tipo encontrado em banheiros públicos masculinos. (LEMGRUBER, 1999, p. 33)

O relato de Mendes e o estudo de Julita se aproximam na análise que a socióloga faz sobre a “surda”. Depois de ouvir depoimentos de várias detentas, ela chega à seguinte conclusão:

A ‘surda’ configura a idéia de prisão dentro da própria prisão e um castigo adicional que, invariavelmente, marca a presa e sua revolta pelo fato de encontrar-se privada de liberdade. Além de estar isolada dentro da instituição, deverá passar por inúmeras privações além daquelas normalmente impostas. Resistir às precárias condições de vida na ‘surda’, mantendo razoável equilíbrio emocional, nem sempre é possível e tal situação é agravada com a proibição de visitas que, em condições normais ocorre aos sábados e domingos. Esta punição suplementar é praticamente insuportável. (ibid., p.34)

Tanto no testemunho carcerário de Mendes, como no livro-reportagem de Jozino e também no *Cemitério dos Vivos*, de Julita, as vozes sobre o real se parecem e se afinam nas conclusões sobre a vivência na cela-forte. O ponto fundamental, que torna o a produção de Mendes diferente do trabalho de pesquisadores e jornalistas, é o teor auto-biográfico; ou seja, o fato de o leitor saber que nele encontrará o relato de quem, de fato, viveu o que escreve.

No capítulo dedicado ao assunto, Mendes apresenta-nos, mais uma vez, o lado de dentro da brutal experiência da cela-forte. Estão lá a dor, o frio, o esquecimento, a indiferença, a humilhação, a sensação de não sentir-se humano e, em diversos momentos, o desejo de não mais viver, que pode ser resumido na seguinte frase: “A cela-forte era uma relação muito estreita com a morte”⁴⁰. Mas ainda havia algo por traz ‘do lado de dentro’. Algo certamente imprescindível para que a experiência da morte não se consumasse. Em um mundo surdo, solitário, é no improvável que Mendes vai descobrir solidariedade, pelos desvãos sujos e rejeitados da prisão:

O frio era enorme. Abriram o guichê, e apareceu a cara de um preso. Mesmo envergonhado de estar nu, fui até a porta. Era o faxina distribuindo água, e disse que eu ficasse com o copo. Perguntei por que viera parar ali. Não sabia. (...) Trouxe o recado de que o Carlão estava dizendo para que eu tirasse a água da privada para ligar o telefone, queria conversar comigo. Explicou que o Carlão morava em frente e que o encanamento das privadas era uma canal de ligação, de comunicação.(...)

Carlão me orientou para que, quando o faxina me desse o papel higiênico, me enrolasse como uma múmia para dormir. E, para ter sono, era preciso fazer

⁴⁰ Mendes, 2001, p. 442.

ginástica o tempo todo. Cansava e mantinha o corpo aquecido. Disse-me que ficaria acordado a noite toda, conversando comigo, e que dormiria de dia. Que o chamasse sempre que quisesse conversar. (...)

Logo apareceram outros companheiros na linha. (...) As celas era do tipo geminadas. (...) Então, do meu lado, dava para ligar para dez celas, e do lado do Carlão, para mais dez. Era o telefone, nosso fétido veículo de comunicação. O cheiro era terrível, era preciso ter estômago. (MENDES, 2001, p. 429/430/431)

Por fim, Mendes descreve duas situações: uma anterior e outra posterior àquela em que lhe foram devolvidas as roupas e lhe permitido usar um colchão, após oito dias na cela-forte. Nesses trechos, faz breves análises do quão contraditórias são as relações desenvolvidas entre os presos nas cadeias.

Cada preso, naquele frio, enrolado em sua manta, pensava em mim nu ali. Todos queriam ajudar, colaborar para minorar meu sofrimento. Os companheiros nos andares diziam que enrolados em cobertores ainda sentiam frio, daí imaginavam como eu estava sofrendo. (ibid., p.431)

Então a porta se abriu, e escutei um guarda do Choque informando que eu estava desesperado, para tomarem cuidado. Lauro foi colocando um colchão, minhas cobertas e minhas roupas para dentro. (...) Estava feliz: o frio já era! Carlão poderia dormir tranquilo, pouco dormira desde que eu chegara ali. Devo-lhe um favor de valor inestimável, impagável. Muitas vezes me acalmou, me ouviu. Em todos os momentos que o procurei, encontrei-o sempre disposto a me apaziguar. Pode ter matado vários (e matou mesmo), mas para mim foi sempre um grande companheiro. (ibid., p.434)

Segundo relato do autor, muitos prisioneiros se suicidaram no período em que estavam sob esse tipo de castigo. Jozino também registra na sua reportagem que “*nem todos suportavam*” essa punição. E Julita termina sua análise sobre a ‘surda’ com a seguinte afirmação: “Encontrar uma presa recém-saída da ‘surda’ é deparar-se com um indivíduo profundamente revoltado, mortificado e humilhado”⁴¹.

Mendes narra incessantemente o suplício da cadeia bem como todas as torturas, as violências físicas e psicológicas pelas quais passou na prisão. A narrativa, muitas vezes com minuciosos detalhes, traz ao leitor que vive do lado de fora da prisão, a crueldade promovida pelo Estado contra seus presos, a barbaridade aplicada em nome de uma suposta recuperação.

⁴¹ Lemgruber, 1999, p.34

Sobre um desses momentos de torturas, Mendes escreve:

O delegado chegou à porta da sala, observou os torniquetes, preocupado que não deixassem marcas em mim, e disse: ‘Deixa ele amaciar. Não peçam nada para esse filho-da-puta! Não anotem nada do que ele disser. Primeiro é para ele sentir que não estamos brincando. Choque nele!’ (...) (p.71) Tiraram os panos. Protegeram a carne do cano, não deixaram marcas. A perfeição do torturador é causar o maior volume de dano e jamais deixar vestígios. Mandaram que me levantasse. Tentei. Não senti as pernas.” (ibid., p. 75)

Na orelha do livro, há a informação de que o relato “não é de denúncia”. Em entrevista ao jornal *O Globo*, no caderno *Prosa e Verso*, Luiz Mendes repete a frase pronta de que seu livro não é de denúncia, e sim “*apenas um alerta*”. No entanto, é na mesma entrevista que ele lamenta não ter tido permissão para identificar os nomes de quem o torturou na cadeia. É uma afirmação contraditória diante da anterior, de que não existe denúncia em seu livro.

Luiz explica que a decisão de não publicar os nomes foi da editora: “Cortaram os nomes, mas concordei pelo bem da publicação⁴²”. Mendes sabia que se insistisse em publicar os nomes, muito provavelmente seu livro não seria publicado. Ele acrescenta que entre os seus torturadores havia “um delegado famoso que me queimou e arrancou todas as unhas de meus pés e mãos” e indica um desejo, não realizado, que tinha ao publicar o livro - “queria que os filhos dessas pessoas soubessem como eram canalhas”.

3.2

Pavilhão 9 e Inferno – mais duas vozes do suplício da prisão

Hosmany Ramos, autor de *Pavilhão 9 – Paixão e Morte no Carandiru*, deu, através de sua escrita, voz ao preso Milton Marques Viana. O capítulo que nomeia o livro é a versão de Milton sobre o massacre ocorrido no Complexo Penitenciário do Carandiru, em dois de outubro de 1992.

⁴² O Globo, 26 de maio de 2001.

Único de sua cela a sobreviver ao massacre, Milton Viana declara que implorou a Hosmany para que o autor lhe desse espaço em seu livro, porque “*sentiu-se na obrigação de contar*” sua versão sobre o fato. Segundo ele, “*não para criticar o sistema, mas para alertar futuras gerações e prevenir novos massacres*”⁴³.

Como num filme de ação, com muitos tiros e violência, a história do massacre do Pavilhão 9 do Carandiru é contada de forma detalhada, trazendo ao leitor uma imagem “de dentro” do horror vivido pelos presos naquela tarde de 1992.

É ainda no prefácio que Hosmany dá o tom da abordagem do real no seu livro:

Tudo é abordado de dentro para fora, esquecendo épocas, modas e escolas. É realismo crítico dosado e misturado num verdadeiro conluio com a experiência marginal, temperado com pitadas de gírias e vulgos, para entrar em sintonia fina com o cotidiano e produzir lirismo a partir do lixo social. (RAMOS, 2001, p. 12/13)

O episódio que teria detonado a rebelião, a tensão vivida durante as negociações entre o diretor do presídio, a polícia, os juízes e os representantes do governo paulista; o bochicho entre os presos, que especulavam o que poderia acontecer; a decisão de invadir o prédio; a entrada dos policiais de várias tropas da PM paulista, como o Gate, o Coe, a Rota⁴⁴; os cães farejadores; o pavor dos presos nas celas e nas galerias da prisão; todos os passos até o final trágico do episódio são contados no livro:

O tumulto da Divinéia começa a aumentar: aglomeração, viaturas policiais, cães, ambulância e até... um rabecão do IML. Do outro lado, trepando nos muros e árvores, vejo jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, que parecem completar o espetáculo. No centro da atenção estão os juízes, que gesticulam o tempo todo. Parece uma operação de guerra, com sirenes de viaturas e movimento intenso de policiais superarmados, portando escudos”. (ibid., p. 245)

⁴³ Ramos, 2001, p.230

⁴⁴ Participaram da invasão o Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), o Comando de Ações Especiais (Coe) e a Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota).

Durante a narrativa de *Pavilhão 9*, o leitor tem contato com toda a trama que envolveu o massacre e a história é contada por quem o vivenciou de perto e agora o transfere para a escrita. O livro de Hosmany é classificado por ele como ficção, porém ele frisa que “o ambiente é fatalmente uma mistura de realidade e ficção”. Ao começar sua narração sobre o início da invasão nas celas, o narrador avisa: “O que acontecerá a seguir até hoje é mal contado pela imprensa⁴⁵”. E sobre seus personagens, escreve:

Vi meus personagens de carne e osso. Convivi com condenados, assassinos e marginais; escutei suas histórias e observei o ponto de vista deles. Sentei no banco dos réus, pilotei uma cela e senti o cheiro insuportável da prisão, imaginando o quanto é fácil deixar de ser racional para ser simplesmente um animal. A aventura diária de quem estava no inferno. (ibid., p.12)

Outra fala, agora do próprio Milton, na escrita de Hosmany, parece trazer uma denúncia velada, porém negada pelos autores:

Quando me põem sobre a maca, sinto que o massacre do Pavilhão Nove, para mim, havia chegado ao fim. Como num milagre, estava esfolado, ferido, massacrado, mas não estava morto. Eu era uma testemunha ocular do mais dantesco episódio da história prisional do mundo. (ibid., p.258)

Ele imprimiu sua dedicação, paciência e inteligência para mostrar as pontas do iceberg que ligam polícias violentos, juízes despreparados e políticos inescrupulosos. Sei que as idéias ressoam no mundo com maior estampido que os canhões. A palavra escrita é mais poderosa que o verbo, e os princípios têm alcançado mais vitórias que os exércitos.

Não importa o sofrimento passado. O que importa agora é que eu encontrei (por intermédio de Hosmany) uma maneira de contar ao mundo o que verdadeiramente aconteceu no Pavilhão Nove, sem retoques. (ibid., p.231)

A utilização do depoimento de Milton Viana, dentro do seu livro de ficção, indica que os outros contos podem ter muito mais de realidade do que o autor admite e que talvez a cortina da ficção seja uma forma de proteção do autor em relação a outros presos e à polícia ou ao sistema jurídico. Seu prefácio direciona para esse pensamento:

Não uso a literatura como maquiagem ou trampolim, mas como compromisso de caráter com a vida. (...) A realidade da vida às vezes é tão brutal que qualquer leitor de jornal constata que os fatos são mais impetuosos que a ficção. (ibid., p.12)

⁴⁵ Ramos, 2001, p. 249

Outro conto, este de autoria de Jocenir, *Inferno*, contido no *Diário de um detento: o livro*, é mais uma narrativa da vivência na prisão. Da mesma forma que em *Memórias de um sobrevivente*, livro de Mendes, *Diário de um detento* tem prefácio escrito por um jornalista, Marcelo Rubens Paiva, que avisa: “Jocenir narra o ‘circo de horrores’ do universo da prisão”⁴⁶.

Autor de vários versos da famosa música *Diário de um detento*, interpretada pelo principal grupo de rap brasileiro, os Racionais MC’s, Jocenir narra em sua obra o cotidiano do período de quatro anos em que esteve preso. E suas histórias, como as dos outros autores, também trazem a realidade do sistema prisional pouco mostrada pela mídia.

Inferno abre o livro de contos de Jocenir trazendo ao leitor um quadro de violência, sujeira, tristeza, desumanidade, vividos nas celas dos presídios por onde passou, classificadas por ele como sendo “sempre um cenário horroroso e sombrio”⁴⁷.

Diário de um detento narra toda a dolorosa caminhada de Jocenir pelas prisões de São Paulo, apresentado de maneira cronológica os acontecimentos. Porém, a exceção é o conto *Inferno*, colocado no início do livro, como símbolo de sua importância na retratação da prisão. Seria o resumo de todas as mazelas, dores, horrores vivenciados na prisão. Para o leitor que ler *Inferno* será muito difícil não se imaginar realmente num inferno. É difícil passear pelas oito páginas do texto e enfrentar tanta barbaridade cometida contra seres humanos. Imaginar que milhares de homens pelo país inteiro (sobre)vivem nesse cenário da morte.

Jocenir desfia o complicado novelo de problemas que envolvem o sistema penitenciário, como a violência, tortura, entrada de drogas na prisão, os códigos de honra rigorosos dos próprios presos, as celas lotadas, as humilhações, as facções que dominam as cadeias, o poder do tráfico de drogas, as doenças, as

⁴⁶ Jocenir, 2001, p. 7

⁴⁷ *ibid.*, p.18

muquiranas – o mais profundo sofrimento humano. Assim “vidas vão se perdendo”⁴⁸ nos porões das prisões brasileiras:

Celas construídas para abrigar cinco ou seis presos são superlotadas com mais de 25 homens, podendo atingir o número de 45. Não existe lugar para tanta gente, de forma que o convívio torna-se insuportável, a luta por um pequeno espaço gera violência grande, vidas vão se perdendo. (...)

O perfil do usuário de crack, ou da pedra, como chamam os presos, é o do garoto com pouco desenvolvimento intelectual, sem base familiar, sem formação religiosa ou moral. O fim da pirâmide social, gente estragada pela miséria e pela fome. O comportamento desses rapazes é imprevisível, num instante proferem um elogio, em seguida podem desferir uma facada pelas costas. A droga corrói o pouco de humanidade que esses jovens trazem ao chegar da rua. (JOCENIR, 2001, p. 19)

Jocenir denuncia, ainda que no seu livro esteja escrito que ele “não quer denunciar nada e ninguém”. Revolta e amargura transparecem em diversas partes do livro e especialmente neste conto. Ele também atesta, reproduzindo o pensamento de seus colegas da literatura, o fracasso da prisão como forma de recuperação do criminoso:

Um PM pegou cabo de vassoura quebrado com bastante merda numa das extremidades, dirigiu-se a todos nós, os presos que ali se encontravam já em estado lamentável, e ordenou com voz forte que deveríamos dizer que amávamos a Polícia Militar, a Rota e o Choque. Com a recusa dos presos em dizer semelhante tolice, o PM ia introduzindo o cabo com as fezes na boca dos presos. Era uma humilhação gratuita demais, espúria, estúpida, de gente que não está acostumada a preservar valores humanos, e sim contrariá-los a todo momento. O espetáculo proporcionava um verdadeiro gozo aos policiais que assistiam como a uma bela partida de futebol. O PM fazia ida e volta junto ao vaso sanitário, procurando atender aos pedidos da platéia que queria este ou aquele preso comendo merda. (ibid., p.17)

Talvez a negação do desejo de “denúncia” esteja relacionada não somente ao medo da não publicação das obras pelas editoras, mas pelo fato de que uma das principais regras de convivência no presídio seja a da não delação. A repulsa ao “cagete” é tema constante dos livros dos três autores. Mendes resume a força do mandamento número um da lei do crime:

Não sabia onde estava os companheiros. Mesmo que soubesse, teria de morrer, jamais iria buscá-los. Sabia bem demais as leis do crime. Se sobrevivesse àquele

⁴⁸ Jocenir, 2001, p.18

massacre, sabia que a moral era muito importante. Um cagete é um ser desqualificado, geralmente é morto ou tratado como subumano. (MENDES, 2001, p. 376)

O preso que delata, o “dedo-duro”, é considerado covarde. É desprezado e rejeitado pelos colegas. A delação é vista como traição, como o pior dos pecados a ser cometido, a lei número um do código de regras não-oficial estabelecido nas prisões.

Pensando por este foco, é possível dizer que Mendes, Jocenir e Hosmany não desejam realmente “caguetar” as barbaridades sofridas na prisão. Eles podem mesmo não terem a intenção de denunciar, mas o fazem, porque dão a conhecer, revelam, divulgam algo que está errado, algo que está ilegal, crimes que não deveriam ser cometidos dentro de uma instituição comandada pelo Estado, o responsável por sua segurança e sua integridade física.

Não importa a intenção dos livros. Importa o que eles representam como via de conhecimento pela sociedade do que foi vivido dentro das prisões. O efeito dessa “denúncia” pode não ser eficaz, mas ela está feita, para quem quiser e tiver interesse em saber.

3.3

Pena de morte, ética médica, lei e justiça

É através do conto *Serpentes Negras* que três discussões pontuais sobre a prisão são trazidas à tona por Hosmany Ramos. Em sua literatura de ficção, Hosmany inspira-se no caso real do primeiro condenado à morte, Charles Brooks, executado com tecnologia da injeção letal, no Texas. Isso para tecer algumas reflexões sobre pena de morte, justiça e ética médica.

De volta à cela, Brooks chorou e agradeceu a Deus pela reconquista do tempo. Imaginou que talvez tivesse outros dez anos, para “maginar”, sorrir, comer, dormir, cagar, sonhar e vegetar naquele tétrico corredor da morte. Mas no dia

seguinte, avisaram que sua execução teria lugar às dez horas, naquela manhã. (RAMOS, 2001, 77)

O trecho acima refere-se ao momento em que a execução de Brooks havia sido adiada, pela segunda vez, após ter convocado a autoridade para manifestar a vontade de doar seu coração para salvar a vida de um jovem que agonizava num hospital, na mesma cidade, aguardando uma doação. Aqui o narrador enumera possibilidades que, para ele, significam estar vivo. “Vegetar naquele tétrico corredor da morte”, por exemplo, significa não estar morto ainda, mesmo que vegetando. É agarrar-se numa possibilidade, ainda que fugáz. A esperança se fazendo presente nas sutilezas do texto.

Por sua vez, o autor se utiliza de artifícios como passagens de tempo, flashbacks, momentos de suspensão, que remetem os leitores aos dramas da expectativa vividos pelos protagonistas. Assim, Hosmany transporta o leitor para o corredor da morte, faz com que ele se coloque no lugar de Brooks, aguardando ansioso o momento de ir para a cadeira elétrica; faz com que ele se sinta aliviado quando do adiamento autorizado pela Corte Suprema. Dessa forma, o réu, Brooks – e também o leitor – acredita ter novamente mais tempo de vida. No entanto, o adiamento se dá por apenas um dia. Mas a morte de Brooks traz também algo novo; o inusitado que torna seu drama diferente – talvez mais cruel pelo ineditismo – dos dramas anteriores: Brooks seria o primeiro a morrer com uma injeção.

Os enfermeiros entraram com a parafernália de equipamentos médicos: cateteres intravenosos, agulhas e um biombo dobrável para ocultar o trabalho de cateterização intravenosa. A sala de execução lembrava uma sala de cirurgia, com enfermeiros e médicos usando luvas e máscaras, como se tentassem esconder suas identidades. (ibid., p.78)

Após descrever o ambiente onde se daria a morte de Brooks, o texto começa a mexer em uma questão delicada – a participação de médicos nos processos de morte dentro do sistema prisional.

O conto relata o episódio no qual durante quase uma hora os médicos tentaram sem sucesso cateterizar a veia do braço de Brooks, “um preto alto e boa

pinta, de porte atlético e braços roliços”. Depois de várias tentativas, foi dado um alerta sobre o fracasso da “operação”. Ninguém conseguia “pegar” a veia de Brooks. Decidiram então convocar cirurgiões para dissecar uma veia mais profunda. Sem se dar conta, o leitor é, tal e qual Brooks, torturado pelas idas e vindas da narrativa, pelos constantes entraves do processo de execução do ‘criminoso’. É como se para entender o sentido do drama, precisasse haver o sentimento do leitor.

Foi um alvoroço danado no centro penitenciário de Houston. Os cirurgiões convocados – temerosos das ações judiciais futuras cabíveis – recusaram a convocação com respostas simples e diretas: Dissecamos veias para salvar vidas, não para matar. (ibid., p.79)

O texto traz um questionamento sobre a ética na medicina. Nos livros analisados há vários casos de médicos que estão ligados à tortura ou à morte de presos. Médicos que deveriam preservar vidas e não colaborar com a morte. O texto de Hosmany traz a “versão” de cada uma das partes. E durante todo o processo o autor segue trocando o leitor de lugar: em um momento ele está na pele de Brooks; em outro no papel de carrasco; aqui na posição dos indecisos médicos; ali na de mero espectador.

O oficial Rick Hartley, encarregado pela execução, tentou de tudo para resolver o problema. Dialogou tentando convencer alguns cirurgiões de que se tratava apenas de “dissecar uma simples veia”. Argumentava que “municar a pistola não era o mesmo que puxar o gatilho”. Teriam apenas que cateterizar a veia. A injeção letal seria injetada por um profissional da área não-médica. (RAMOS, 2001, p.79)

Em outro momento:

O doutor Ralph Gray, diretor-médico do hospital penitenciário, conferiu pela última vez a borracha do soro colocada na veia de Brooks. Sentiu que o fluxo era satisfatório. Sabia que existia uma ética médica envolvida, mas haviam arranjado uma maneira de burlar a ética: ‘Nenhum médico apertaria o êmbolo da seringa que continha a química letal. Este gesto seria feito por um policial treinado, o médico municaria a pistola, mas não seria ele quem apertaria o gatilho’. A poucas quadras dali, outro tipo de médico lutava pela vida, transplantando órgãos e curando doenças. Verdadeiramente, duas medicinas: uma vestida de preto; outra, de branco. (ibid., p.81)

A discussão sobre ética médica levantada por Hosmany é a mesma abordada por Luiz Mendes em suas *Memórias de um sobrevivente*. Em uma das passagens, Mendes relata que nas sessões de tortura sempre havia a presença de um médico para atestar as condições físicas do preso que seria torturado:

Eles ainda passariam por um médico que lhes mediria a pressão sanguínea e auscultaria o coração. Se não houvesse anormalidades perceptíveis, ele dava o sinal de positivo. Aquele não era doente, podiam arrancar couro que agüentava. Quando o sujeito possuía alguma anomalia, o médico acompanhava a tortura, tirando sua pressão e o auscultando para que os tiras não ultrapassassem os limites. (...)

Eu tremia diante daquele circo de horror. Mas, por dentro, não acreditava que iria apanhar. O médico me examinou, eu gozava de excelente saúde, infelizmente. Os tiras vieram me buscar. (MENDES, 2001, p. 302)

Passamos uma semana inteira subindo ao pau-de-arara quase todos os dias. Não suportávamos mais. (...) Os pés queimados e muito inchados pelas palmatórias na sala, a cara toda quebrada, pernas fracas, mãos cheias de feridas. Eu era um traste humano. E o maldito médico, a cada sessão de tortura, atestava-nos como aptos. Eu estava sendo tomado por um ódio mortal àquele médico. (...)

O maldito devia estar vendo que eu emagrecera demais, que estava que era só pele e osso e que já não coordenava bem as coisas em nível psicológico. Mas assim mesmo, apesar de meus olhos suplicantes e meu estado cadavérico, julgava-me apto à tortura. (ibid., p.81)

Serpentes Negras também atravessa a questão do suplício dos corpos. A discussão vai se desenhando no passar dos parágrafos, como apontamentos a serem discutidos. Causas que merecem atenção. Em dado momento, o texto lembra o antigo teatro da morte, com o suplício dos corpos em exposição pública:

Brooks olhou para a platéia de testemunhas e sentiu que todos torciam para ele esboçar um gesto de agressividade, que os ajudassem a justificar o crime oficial. Sua cabeça dava voltas. Recordou que na Idade Média, na França, compravam-se condenados para executá-los em público, proporcionando um espetáculo imorredouro às multidões sedentas de sangue. Imaginou a evolução tecnológica do homem no terreno da morte. No caso dele, tudo seria limpo, esterilizado, sem dor ou barulho. (...)

O oficial passou a discorrer sobre os métodos violentos de execução adotados em outros países. A França, com sua velha guilhotina; a Espanha, com seu garrote vil; a Arábia, com sua espada. Após a fala, todos pareciam perfeitamente convencidos de que a injeção letal era mesmo a forma mais humana de pena capital. (RAMOS, 2001, p.79)

O autor traz neste trecho uma crítica, de maneira irônica, sobre a pena de morte. Como uma pena de morte, seja ela de que tipo for, pode ser “mais

humana”)? O personagem em questão discorre sobre a ‘evolução’ dos métodos utilizados para matar, como se a troca da guilhotina pela seringa, por exemplo, pudesse, por si só, humanizar o desumano. No entanto, essa necessidade de hipotética humanização seria, indica o narrador, menos importante do que a crença na existência dela. Ou seja, crer-se humano ainda que desumano.

Apesar de não explicitar diretamente suas conclusões sobre a pena de morte, o narrador conduz e induz o leitor a uma constatação de que ela é, sim, “injusta e desumana”. E isso se dá através da narração em terceira pessoa; de determinado posicionamento dos personagens e, também, pelas escolhas das manchetes de jornal colhidas após a morte de Brooks.

As notícias de jornais do dia posterior à execussão, trazidas para o texto, colocariam em xeque a medicina que ajudava a matar em detrimento daquela que colaborava com a morte:

No dia seguinte, um matutino sério estampou a manchete SERPENTES NEGRAS em alusão ao símbolo da medicina, que usa o caduceu de mercúrio, com duas serpentes: ‘Uma delas, a de branco, salvara a vida através de um transplante no Memorial Hospital. A outra, a de preto, tirara a vida de Charles Brooks, numa operação macabra, horrível e desumana’. (...)

Outro jornal qualificou o ato de eutanásia. Semelhante ao método usado pelos veterinários na eliminação de animais doentes: ‘Quando nós utilizamos a eutanásia para os nossos cães doentes, dizemos às nossas crianças: o totó foi apenas tirar uma soneca’.

A vingança social, por meio do assassinato legalizado, pôs Brooks para tirar uma soneca, como um animal doente, utilizando a ciência médica como carrasco e o veneno, como sonífero. (ibid., p.81)

No mesmo texto, Hosmany aborda ainda o erro judiciário, do qual sempre faz questão de ressaltar ser uma de suas vítimas. A injustiça punindo erradamente homens supostamente inocentes. A falta de provas e um preconceito racial velado fariam parte do engano que teria sido o caso Brooks:

Um terceiro jornal foi mais fundo e levantou a velha polêmica do erro judiciário. No caso de Charles Brooks, a Justiça havia sido no mínimo discriminatória, para não dizer injusta, e inconstitucional. O testemunho dos autos do processo não provava de maneira irrefutável se havia sido Brooks, ou seu parceiro rico e branco, quem matara a vítima: um jovem americano branco, atingido por um único disparo, durante uma tentativa de assalto. (ibid., p.82)

É novamente o autor usando a ‘ficção’ para falar de sua própria experiência – ter sido preso ‘injustamente’ por conta de uma trama que envolveu romance, traição e morte. Assunto que remete a outro conto seu: *Escrito no tarô*. O texto revela ainda uma sensível diferença no modo de comportamento da imprensa nos dois casos, de Brooks e Hosmany, que descreve sua experiência abaixo:

Pelos jornais do dia seguinte, fiquei sabendo que os três eram da polícia: um havia morrido, outro gravemente baleado e o terceiro apenas com escoriações. O noticiário dizia que eu havia reagido à voz de prisão e que estava com drogas. (...) (ibid., p.35)

O que aconteceu a seguir foi um verdadeiro festival de calúnias. A imprensa tinha um prato cheio: médico, bem sucedido, festeiro, conquistador de belas mulheres, flagrado com drogas e envolvido em assassinato de policiais. A imprensa marrom não deixou por menos: jogou a opinião pública contra mim, num passe de mágica. A opinião pública é como moinhos que rodam para o lado do vento. Fui executado nas entrelinhas do noticiário.(...)

A imprensa marrom viu no meu caso um exemplar ideal, para valorizar o lado da polícia, para reatar a confiança da população nas leis, e sobretudo para mostrar aos pobres que ‘rico-também-vai-pra-cadeia’. A exemplaridade parecia o moto da onda que me atingia. Tudo a meu respeito vendia notícias. (ibid., p. 36)

De volta à discussão sobre *Serpentes Negras*, o narrador coloca o desejo da opinião pública de se usar a pena de morte como “remédio mágico” contra o crime, mas ressalta que as estatísticas atestam a ineficiência do “medicamento” aplicado pelo Estado:

Mais importante do que a mórbida estética da morte, estavam as preocupações básicas da sociedade em torno da pena capital. Estatísticas mostram que a execução capital não detém o crime. O crime é uma característica do se humano. Não existem remédios mágicos contra isso. A velha crença popular de que matando um afugentam-se mil é demagógica. Uma das testemunhas presentes à imolação ‘legal’ de Brooks declarou logo depois do sacrifício: ‘Senti-me como cúmplice da morte dele. Saí dali como se estivesse em outro mundo, profundamente decepcionado com minha natureza humana. (ibid., p. 83)

Em *Vigiar e Punir*, Foucault aborda o suposto final do sofrimento do corpo quando da aplicação da pena de morte. Da mesma forma, o filósofo questiona a contradição da função médica, com o trabalho de ‘chefe do bem-estar’ dos condenados, de evitar o sofrimento dos mesmos antes da dor final:

O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos

justificáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais ‘elevado’. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetivos últimos de sua ação punitiva. É preciso refletir no seguinte: um médico hoje deve cuidar dos condenados à morte até o último instante – justapondo-se destarte como chefe do bem-estar, como agente do não-sofrimento, aos funcionários que, por sua vez, estão encarregados de eliminar a vida. Ao se aproximar o momento da execução, aplicam-se aos pacientes injeções de tranqüilizantes. Utopia do pudor judiciário: tirar a vida evitando de deixar que o condenado sinta o mal, privar de todos os direitos sem fazer sofrer, impor penas isentas de dor. (FOUCAULT, 1987, p. 16)

A função, tanto no conto de Hosmany quanto no texto de Foucault, parece ser a de colocar o leitor a par do que envolve o círculo da morte e apresentar o *modus operandi* do *staff* que dele faz parte: “os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores”.

Hosmany cria, ao longo do conto, um circo de suspense sobre as discussões acima, tentando aproximar o leitor do drama vivido por Brooks – que é, de certa forma, semelhante ao seu próprio drama. Com isso (ou por isso), sensibiliza-nos com tergiversações sobre os pensamentos de Brooks momentos antes da morte.

Esticado no leito da morte, Brooks imaginou as manchetes do dia seguinte: ‘Já não se mata mais como antigamente...’ Por um instante, tentou lembrar-se naquele exato momento, em algum lugar, alguém estaria recebendo vida. Uns ganhando vida e outros perdendo. Tudo era mesmo passageiro. Imponderável. Tudo o que sabia, entretanto, era que a sociedade havia lhe arrumado um ‘jeito sanitário de tirar uma soneca’. Na Penitenciária, a gíria para execuções era ‘soneca’. Quando qualquer dos 356 condenados do corredor da morte era levado àquela sala, diziam: ‘Foi tirar uma soneca’. (RAMOS, 2001, p.80)

Mendes, em *Memórias de um sobrevivente*, também reflete sobre a pena de morte nas suas memórias, por sua vez também ressaltando outros pontos contraditórios na aplicação da pena capital. Nas entrelinhas de suas colocações há, aparentemente, um questionamento: não seriam as rotineiras torturas sofridas nas cadeias brasileiras tão ou mais desumanas que a pena de morte?

Se estivéssemos em um país menos demagógico e mais civilizado, talvez recebêssemos a pena de morte. Nós seríamos, provavelmente, condenados à

morte. Poderia até ser justo. Mas, em nome dessa justiça, teríamos de ter recebido um tratamento que respeitasse as condições existenciais humanas em nossa infância e adolescência. (...) E me pareceu sempre uma enorme incoerência matar gente que mata gente apenas para mostrar que não se deve matar gente. (MENDES, 2001, 400)

O conto de Hosmany questiona a existência e a validade da pena de morte. O narrador traz o poder de punir através da pena de morte e do posicionamento do médico diante da punição, do não envolvimento com o episódio:

Mas o doutor Gray estava tranqüilo. Sua consciência estava certa de que ele prestava importante serviço a seu país. Não tinha satisfação alguma para dar ao público. A morte de Brooks era um ato legal, jamais seria questionada. (...) Não acreditava nessa balela chamada de morte justificada. Entendia perfeitamente que morte premeditada era assassinato, legal ou ilegal. Mas era seu serviço agir assim. Arrancar a vida do sujeito, amparado pela lei. Frequentemente ouvia: ‘A pena de morte é necessária para demonstrar à sociedade que a justiça é cega’. (RAMOS, 2001, p. 81)

O doutor Gray, apesar de participar da morte do prisioneiro, não sente que tem alguma responsabilidade sobre essa morte. Ele está de “mão limpas” porque fez o que a lei manda fazer. Essa pode, também, se assemelhar à posição de pseudo-neutralidade, da qual o leitor é deslocado propositalmente pelo escritor. Ou seja, ele (leitor) confortável com a superficialidade do pensamento ‘sou a favor da pena de morte’, se vê forçado a pensar em ‘detalhes’ que envolvem os bastidores dessa decisão.

Hosmany termina seu conto com a expressão *Dura Lex, Sad Lex*, indicando a força da lei e sua suposta inflexão. O poder da lei de punir, independente de quaisquer circunstâncias. A lei mais forte que tudo. O homem à mercê da lei, mesmo que injusta.

Outro conto de Hosmany, *O Crime da Lei*, também traz questionamentos sobre a aplicação da lei. O título simbólico induz a reflexões sobre como a lei é exercida no Brasil. Acostumados a ouvir/ler sobre a *Lei do Crime*, a expressão *O Crime da Lei* nos inverte a ótica de valores. Qual crime pode cometer a lei? A mesma que tem a função de evitá-lo, de repudiá-lo, de puni-lo? Como e em quais circunstâncias a lei pode ser considerada criminosa? E, mais adiante, uma nova questão poderá causar desconforto: quem pagará pelo crime da lei?

O conto em questão traz como epígrafe uma pequena notícia de uma revista semanal, informando da absolvição de um ex-investigador da polícia de São Paulo, que teria sido responsável por colocar cinquenta presos em uma cela de espaço reduzido e aquém da capacidade para o número de detentos:

Absolvido: da morte de dezoito detentos, o ex-investigador Celso José da Cruz. Em 1989, depois de uma tentativa de fuga em uma delegacia de São Paulo, ele colocou cinquenta presos em um a cela pequena e pouco ventilada. O 1º. Tribunal do Júri entendeu que Cruz cumpria o seu dever. Dia 3, em São Paulo. VEJA, 10/5/2000 (ibid., p. 85)

É esta pequena nota que dá o *starte* para o início da discussão colocada no texto do autor. Poderíamos até mesmo enxergar o conto de Hosmany como um artigo, muito mais do que texto literário. Em *Crime da Lei*, o autor é direto nas suas perguntas, faz um chamamento ao tema da aplicação da lei de maneira bastante direta, cirúrgica, sem meio termos, sem rodeios, sem poética, como na maioria de seus textos. Hosmany pergunta e exige respostas através de sua escrita.

É hora, suponho de perguntar por que está doendo a morte dos dezoito, no 42º. DP. E por que é que mais me adianta saber os motivos que levaram um grupo de policiais, com excesso de brutalidade, a trancafiar 51 presos no interior de uma cela-forte de quatro e meio metros quadrados, sem ventilação, para assassiná-los por asfixia? (ibid., p. 85)

O autor não somente faz perguntas, como critica a todo momento a estrutura da legislação brasileira. Falando sobre a carta magna que rege o Brasil, lei máxima a ser cumprida por qualquer cidadão brasileiro, Hosmany escreve:

Num País que tem hoje uma das mais belas constituições de sua história, em tudo aquilo que diz respeito aos direitos humanos fundamentais do ser humano – isto é no mínimo inusitado. (...)

O problema parece estar na perturbadora distância que separa os direitos inscritos no papel do seu efetivo exercício, e sobretudo da garantia desse exercício, na vida prática. (ibid., p. 85)

Em seu conto/artigo/desabafo, Hosmany se utiliza de um dos dez mandamentos bíblicos – *Não matarás* – como forma de defesa da vida. Novamente ele usa aqui um fator de possível identificação com seu leitor – neste

caso, a religião, a fé – causando novo desconforto: cumprir a lei dos homens não seria descumprir a lei de Deus?

Por quê?

Na minha concepção, a lei maior é aquela que protege o corpo e a vida insubstituíveis, é ‘não matarás’. (ibid., p. 85)

O narrador se coloca, ficcionalmente, dentro da pequena cela, na qual os homens morreram sufocados. Ele imagina as sensações do episódio e é destruído pela barbárie que está “vivendo”. Seu corpo naquele instante é um dos corpos que sofrem o horror do que aconteceu. Ele é um daqueles cinquenta homens:

Quando atiram as bombas de gás lacrimogênio, fico desassossegado. O grito e o desespero dos presos lutando pelo oxigênio me cobrem de vergonha. A recusa dos carcereiros em abrir a porta para ventilar faz meu coração bater de horror. Quando finalmente abrem a porta, três horas depois, minha boca está tremula. Quando arrastam os dezoito corpos sem vida – como sacos de batata – digo com espanto o nome de Deus. O empilhamento de corpos no necrotério me liquida. (ibid., p. 85)

É da agonia da invisibilidade do preso na sociedade brasileira, e de sua própria invisibilidade agônica, que trata o conto – ambas estão encurraladas ali, naquela cela minúscula, espécie de sepulcro improvisado. Mas a revolta do narrador não é apenas a revolta da simples identificação; é sobretudo a revolta como ser humano; a revolta de quem poderia tanto estar do lado de fora (como estava) quanto do lado dentro da cela. Em sua comparação com o *Inferno* de Dante, o narrador apresenta-se com a culpa dos sobreviventes. Envergonha-se por estar vivo. Mas não exime de culpa também a imprensa, através da TV, que, mergulhada num mundo de imagens, faz questão de não olhar para a prisão:

Afinal, que lei é essa, que vela meu sono? Que diz ser a protetora da felicidade! Eu a repudio. Humilhado por precisar dela. Enquanto isso, dormimos... e tudo bem? Guardar a revolta, porque se tratava apenas de alguns condenados? Gente que não precisa nem deve ter direito algum, seja como seres humanos, seja como cidadãos. Enquanto isso, dormimos e falsamente nos salvamos. Até que 51 indivíduos feitos à nossa semelhança são massacrados à moda que nem Dante ousou descrever – a tragédia do Conde Ugolino é café pequeno, diante deste horror que nos acorda a todos. Em plena Era da Televisão. Debaixo da mais bela Constituição. (...) (ibid., p. 86)

Seu repúdio à lei (aplicada às avessas), através da escrita, é uma forma de resistência, de dizer não às arbitrariedades que sofrem os presos. Aos maus tratos, à tortura, aos processos ‘mal’ julgados, o narrador faz perguntas e questiona-se todo o tempo. Ao inverter a expressão *Lei do Crime* para *Crime da Lei*, Hosmany trata das contradições com propriedade; fala de justiça em locais por natureza injustos; de direitos em espaços vácuos sem lei:

Eu não quero essa lei. Quero uma lei que prenda e dê chances – ao menos de vida – aos encarcerados. Já é tempo de, com ironia ou não, sermos mais divinos. Iniciar um esforço tenaz e consciente, para a extensão das garantias da lei a todos os homens, até mesmo para aqueles considerados doentes do crime. Será que é impossível reconhecer isso? (...)

Se eu não fosse “maluco beleza”, seria quinze policiais com cassetes e quatro carcereiros com revólveres, empurrando 51 condenados para a morte. Esta seria minha honorabilidade. Até que viesse uma lei, um pouco mais maluca e menos bela, que permitisse que as coisas chegassem a isso. Sobretudo, uma lei que se olhasse a si própria e visse que nós todos – sacos de podridão suspensos, somos escuros, e por isso nem mesmo a maldade de um homem pode ser entregue à maldade de outro homem, para que esse não possa cometer livre e aprovadamente um crime da lei. (ibid., p. 86)

O narrador clama por uma lei que seja aplicada de forma igualitária para todo tipo de criminoso: os de colarinho branco, os políticos, os pobres miseráveis que são jogados nas cadeias do país. De alguma forma, ele parece acreditar, que a equiparação do mal nos aproximaria a todos, nos tornando assim mais justos:

Uma lei capaz de entender que somos todos perigosos, e que quando um político, à cata de votos, apregoa a pena capital, ou mesmo quando um juiz ‘justiceiro’ condena um inocente, eles não estão querendo defender a sociedade, mas sim cometer o seu crime particular – um longamente guardado. (ibid., p. 87)

O texto busca reivindicar o “direito à cidadania”, direito este esquecido quando se referem aos presos:

Não pretendo, de forma alguma, querer ser sublime. Entendo que é perfeitamente compreensível julgar que criminosos não devam ter direito à simpatia. A menos que sejam legalmente equiparados aos animais. Porém, é indispensável que comecem a ter direito à cidadania. (ibid., p. 87)

O conto culmina com uma reflexão sobre a instituição da prisão e desemboca num forte poema. *Esfinge de Pedra* é ‘um grito surdo’ de dor, contra as injustiças acumuladas. O autor faz um vôo cego em direção aos adjetivos mais

funestos e às exclamações para mostrar que, ainda que cerrados em celas-fortes e grades seculares, os detentos, todos eles, conhecem e reconhecem, sim, seus inimigos. O poema sussurra que o silêncio ensurdecador que envolve e esconde os presídios está sendo minado cotidianamente pela agonia, que se transforma em potência, daqueles que habitam os subsolos da sociedade:

Fiquei só, refletindo sobre o massacre do 42º. DP, e sobre a absolvição dos indiciados pelo Tribunal de Justiça. Era uma coisa estranha e perigosa, a instituição chamada prisão. Prender para recuperar, ou prender para matar – eis a questão! Para purgar minha psique diante deste episódio dantesco, destilei minhas segundas intenções e purguei a verve, sob forma de versos: (ibid., p. 85)

ESFINGE DE PEDRA

Esta esfinge de pedra e grades estuprou suas mentes e arrombou seus cérebros e pensamentos? Totem!... Totem...! totem. Solidão! Desespero! Deformidade! Sujeira brutal que rende moedas inatingíveis! Humanos berrando nas suas celas surdas! Jovens chorando e soluçando nos seus catres de ferro!

Totem! Penitenciário! Pesadelo dantesco! Moloch infernal! Castigo mental! Penitenciária! Pesadelo juiz dos homens! Penitenciária a incompreensível prisão! Totem desalmado de túbias cruzadas! Acúmulo dos sofrimentos desalmados! Totem cujas paredes são telas de enlouquecimento! A vasta miséria da cega justiça! Moloch de governos desumanos.

Antro cuja mente é pura maquinaria! Penitenciária cujo sangue representa dinheiro corrente! De um país carente! De governadores ladrões! Prefeitos corruptos! Políticos vira-casacas! Banqueiros estelionatários! Promotores neuróticos! Penita canibal! Totem cujo ouvido não escuta nem gritos nem caretas.

Penita cujos olhos são mil e quinhentas janelas cegas! Totem cuja prepotência é um pai violento que rói vísceras magras! Totem cujas fábricas de loucos sonham e grasmam na surdina! Moloch cuja fúria de destruição afugenta as mentes.

Penita cujo amor é um coração de pedra com veias de ferro! Totem cuja alma é a cela-forte e o 'chico-doce' que mata! Totem cuja pobreza do povo abunda! Totem cujo destino é tão escuro quanto a noite! Totem que a todos esturpas as mentes!

Mãe-cadeia onde permaneço solitário! Totem onde às vezes sonho com as flores! Loucura de penitenciária! Com o espírito atado em cadeias, não podendo vagar pela noite. Ainda que só o espírito possa chorar, nesta casa onde todos somos enlouquecidos, e onde até o terror passeia à luz do dia.

Totem que penetrou cedo na minha alma! Penita que me tornou uma consciência sem alma! Moloch que me afugentou do meu êxtase natural! Penitenciária a quem eu odeio! Todos estamos de pé sós dentro das celas; atravessados por um raio de sol; e de súbito... é noite. Luz escorrendo e porra saindo dos nossos

caralhos! Penita! Totem! Confinamento de robôs! Caras invisíveis! Amontoado de esqueletos! Fábrica de reincidentes! Indústria demoníaca! Paraíso de anormais! Aconchego de dementes! Caralhos atravessando mentes! Curtos-circuitos cerebrais!

Eles quebraram suas personalidades no pau-de-arara! Os induziram como alcagüetes! Quebraram as suas costas e os colocaram de joelhos! Pedras! Cimento! Grades! Cimento! O céu que não existe! Deus que nunca está! Visões! Profecias! Alucinações! Milagres! Êxtases! Punhetas inundando as vestes.

Liberdade! Sonhos! Mentiras! Promessas! Hipocrisias! O carregamento todo de bosta sensitiva! Desabamentos! Dentro das celas! Pescoços pendurados em fios de bolas! Pulsos cortados! Celas incendiadas! Saltos e crucificações! Descendo a correnteza! Epifanias! Desesperos! Quatro anos de gritos! Animais e suicídios! Mentes deturpadas em anomalias! Geração enlouquecida nas celas fortes! Jogados nos infectos cubículos!

Verdadeiro riso da santa justiça! Eles viram e aplaudiram tudo! Olhares selvagens! Berros sagrados e aprovados! Assinado e carimbado! Eles eram deuses e deram adeus! Pularam das togas! Rumo à solidão! Sorrindo... acenando... se preparando para mais uma condenação:

Soltem as trancas das portas!
Acabem a política dos cadeados!